

A AÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL: 1964-1968

Cristiane Medianeira Ávila Dias*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação da Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul, no período de 1964 a 1968. Para a realização desse estudo, foram utilizados como fontes documentais principais os processos produzidos pelo Departamento e pela Secretaria de Ordem Política e Social (DOPS e SOPS) e pela Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em conjunto com criteriosa revisão historiográfica sobre o tema. O objeto de análise insere-se em um recorte de história regional, a qual entendemos conceitualmente como o espaço em que se entrecruzam fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que determinam sua singularidade frente à escala nacional.

Palavras-chave: História Política. Espaço Regional. Ação Popular

ABSTRACT: This assignment has as its objective to analyze the performing of the Popular Action (AP) in Rio Grande do Sul, from 1964 through 1968. To accomplish this study, lawsuits done by the Department and by the Social and Political Office (DOPS and SOPS) and by the Special Committee of Brief Investigation of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) were used as main documental sources together with judicious historiographic review about the theme. The objective of the analysis is found in a snippet of regional history, which is conceptually understood by us as the space in which political, economical, social and cultural matters all interweave determining its singularity as opposed to the national range.¹

Key-words: Political History. Regional Space. Popular Action

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, o objetivo é compreender a atuação da AP no Rio Grande do Sul, a partir de suas propostas, ideias e posições políticas no contexto imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964 até o ano de 1968. O objeto desse estudo pode ser bem definido pela identificação das fontes documentais utilizadas na pesquisa como os processos crime produzidos no DOPS e na CEIS da Ufrgs. A verificação dessa documentação possibilitou refletir sobre a forma como a AP se orientava, desenvolvia suas táticas e estratégias no contexto regional. A postura metodológica foi à abordagem qualitativa dos dados coletados, pois buscaremos verificar as semelhanças e diferenças existentes entre a AP no contexto sul-rio-grandense e no contexto

*Aluna do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF
E-mail: Cristiane-historia@hotmail.com

nacional.

Nesse sentido, o Rio Grande do Sul foi utilizado como recorte regional, mas inserido num contexto maior, que seria o cenário nacional brasileiro de 1964 a 1968, visto que a abordagem de uma região só tem significado quando relacionada a um sistema mais amplo, através do qual é possível analisar as semelhanças e principalmente, as diferenças que possui um determinado movimento, que nessa pesquisa, é o grupo de esquerda denominado de AP em nível nacional e regional.

A Ação Popular (AP): 1964 até 1968

Neste contexto, um dos grupos de esquerda que mais atuou no cenário político brasileiro foi a AP, uma organização que surgiu entre os setores leigos vinculados à Igreja Católica que cresceram em força política e adquiriram projeção nacional no início da década de 1960, entre os quais estava a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Agrária Católica (JAC). Assim, militantes ligados a esses movimentos, principalmente a JUC, entraram em conflito com a hierarquia da Igreja, que não aceitava a participação deles em questões políticas, que se desvincularam da instituição para fundar a Ação Popular (AP) no ano de 1962.

A Igreja Católica e os movimentos leigos a ela vinculados sofreram com as mudanças pelas quais passaram o mundo e o Brasil na década de 1950. Nesse período, a Igreja passou a sofrer influência de correntes humanistas européias, baseadas em pensadores como Emmanuel Mounier, Lebreton e Teilhard de Chardin. Esses teóricos defendiam que o papel do cristão deveria voltar-se para o combate as desigualdades sociais, ideologia que ganhou força na Igreja com a nomeação de João XXIII, da ala progressista para Papa (1958), com a vitória da Revolução Cubana (1959) e pela indicação do padre Hélder Câmara para assistente da Igreja no Brasil. D. Hélder deu início a uma série de discussões envolvendo o papel do cristão na sociedade, numa busca por novas teorias e novas práticas que aproximasse a instituição dos problemas sociais brasileiros. Assim:

O movimento foi orquestrando reformas, planos de ação que dialogavam com o social, o ético, o cultural, o político, a arte, a mística. O conhecimento da realidade, a formação na

ação e a metodologia “Ver-Julgar-Agir”, próprios da JOC, foram sendo incorporados pelos outros grupos e tornaram-se os eixos centrais que passaram a orientar esse apostolado leigo. Portanto, começa a ocorrer uma mudança substantiva na Ação Católica. Mais que idéias, conceitos e normas, foi-se definindo também um novo tipo de relação da Igreja com o mundo social, político, cultural e artístico (DELGADO, 2007, p. 95-131).

É pertinente destacar que o papel da Igreja junto às comunidades pobres brasileiras no início da década de 1960 era o de desenvolver políticas que motivassem essas pessoas a tornarem-se responsáveis pela própria libertação e sujeitos de sua própria história. As novas diretrizes da Igreja foram ressaltadas com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), que demonstrou a preocupação da Igreja Católica com as questões sociais, demonstrada através da encíclica “Mater et magistra” (1961) e reafirmada pela encíclica “Pacem in Terris” (1963), que dava ênfase ao trabalho dos leigos e da própria Igreja no sentido de diminuir as desigualdades sociais e a miséria da população (LOWY, 2007, p. 303-320).

João Goulart criou um projeto de mudanças denominado de “reformas de base”, que compreendiam mudanças em diversos setores do país, entre os quais estava o agrário, urbano, educacional, eleitoral e o econômico. As mudanças no setor agrário estariam voltadas ao fornecimento de terras a pessoas sem propriedades, para que essas formassem uma classe de pequenos produtores rurais, o que aumentaria a produção de alimentos, diminuiria o êxodo rural e os conflitos no campo, que havia se agravado nesse período; a reforma educacional pretendia promover mudanças no ensino público brasileiro, que se voltaria mais para as questões sociais e o atendimento das novas demandas da sociedade; a reforma urbana, que pretendia aprimorar a infra-estrutura das cidades, melhorando a vida dos moradores do meio urbano; a reforma eleitoral, que traria para o cenário político pessoas que dele não faziam parte, como os analfabetos e os setores subalternos das Forças Armadas e a reforma econômica que englobariam mudanças em vários setores como o tributário, o bancário e o fiscal do país (REIS FILHO, 2005, p. 24).

Nesse período, militantes da JUC e da JOC entraram em conflito com a Igreja e sentiram a necessidade de fundar um grupo de ação política desvinculado da instituição. Assim, surgiu a AP, um grupo que adotou uma doutrina política própria, chamada de “socialismo humanista¹”, diferenciando-se e da orientação política de outros grupos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por colocar o socialismo como objetivo do presente e não um

projeto para o futuro, defendendo a realização de uma revolução em apenas uma etapa, a socialista, o que levou os seus militantes a atuarem diretamente em diversos movimentos de massa em favor das reformas de base, fazendo-se presente principalmente no meio estudantil e camponês do país (SALES,2007).

Para Gorender (1998), a atuação dos militantes da AP junto aos movimentos de massa brasileiro, realizando uma ação política concreta num período em que se aprofundavam as lutas de classes no país. A sua opção teórica pelo socialismo humanista fez com que o grupo entrasse em divergência com o PCB, por colocar o socialismo como uma perspectiva do presente, pela capacidade de atuação no movimento de massas em favor das reformas de base e por sua presença nas mais variadas entidades setorial.

A orientação ideológica da AP fez com que o grupo realizasse dentro da esquerda, o trabalho mais consistente junto às massas brasileiras no início da década de 1960. No meio rural, esse trabalho consistia em ministrar cursos de capacitação ao trabalho para camponeses e trabalhadores rurais, para que esses além de obterem de melhorias nas suas condições de vida, formassem lideranças a partir da própria comunidade e grupos sociais dos quais faziam parte. Para isso, a AP desenvolveu em parceria com o governo federal um programa de alfabetização denominado de Movimento de Educação de Base (MEB), que trabalhava de forma paralela aos conteúdos programáticos, a conscientização política nos alunos. Esse trabalho tinha como objetivo, provocar mudanças na composição das forças políticas brasileiras, pois traria para o cenário político nacional, pessoas anteriormente excluídas do processo eleitoral por não estarem alfabetizadas, além de fomentar os movimentos sociais no campo. ²

Assim, o golpe civil-militar de 1964 foi desferido para acabar com os movimentos populares, que cresciam e ganhavam força no contexto nacional, pois diversos setores da sociedade brasileira, tanto na cidade quanto no campo, mobilizavam-se para reivindicar mudanças na realidade política, econômica e social brasileira, que se refletiam no aumento de filiados aos sindicatos na cidade e no campo e pelo ingresso de trabalhadores rurais e camponeses nas Ligas Camponesas (TOLEDO,2004, p.67-77).

Após o golpe 1964, a ditadura civil-militar desferiu uma intensa repressão contra as pessoas e movimentos considerados opositores ao governo. Isso ocasionou profundas

modificações dentro dos grupos que formavam a esquerda e provocou o esvaziamento dos seus quadros, pois um número significativo de militantes foi perseguido e preso e outros optaram pelo afastamento de atividades políticas, temendo que a repressão pudesse voltar-se contra eles. Além disso, o fato da esquerda e do PCB não ter organizado nenhum movimento de oposição à implantação da ditadura ocasionou críticas ao partido, acusado principalmente de imobilismo e de falta de conhecimento adequado da realidade brasileira (GORENDER, 1998).

Com isso, a repressão foi intensificando-se através dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) e dando o formato da ditadura. Para isso, foi promulgado em abril de 1964 o Ato Institucional nº. 1, AI-1, que fortaleceu o poder executivo e deu início a “operação limpeza”, que promoveu perseguições, cassações e expurgos de várias lideranças políticas. Já em 1965 foi editado o Ato Institucional número 2 (AI-2), que permitiu a fundação de apenas dois partidos políticos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em 1967 foi promulgada uma nova constituição, que estabelecia uma lei para a segurança nacional e outra para a imprensa e no ano de 1968 foi decretado o AI-5, que provocou o fechamento da ditadura civil-militar e acabou com as possibilidades de luta dentro das vias legais de mobilização (REIS FILHO, 2005).

Nesse contexto, a AP foi um dos grupos de esquerda que gerou preocupação diferenciada na ditadura civil-militar, recebendo atenção especial do aparelho repressivo, como mostra o processo produzido no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Nesse documento, os militares salientam o alto nível dos integrantes da organização, oriundos principalmente do meio intelectual, religioso e estudantil e a sua ideologia política, que segundo eles seria a mais coerente com a realidade brasileira dentro dos grupos que compunham a esquerda na década de 1960. Além disso, o processo destacou o crescimento do número de integrantes da AP desde a sua fundação em 1962, a partir de quadros oriundos da JUC em 1962 até o ano de 1966.³

Nota-se que em virtude da repressão efetuada pela ditadura, a AP passou por várias cisões após o golpe de 1964, pois ocorreu o esvaziamento do seu quadro de militantes em virtude das perseguições e prisões efetuadas contra os membros da organização. A AP também passou por debates que levaram a uma reestruturação de sua matriz teórica, que passou de “democrática reformista para democrática revolucionária”. Assim, na tarefa de constituir-se uma organização

revolucionária a AP passou a se dividir entre: Comando Nacional, Comando Regional, Comandos Zonais e Seccionais e por células de base definida na sua resolução política de 1965. (LIMA; ARANTES, 1984, p.64).

Nessa perspectiva, em uma primeira fase após o golpe, predominou o alinhamento da AP ao foquismo⁴, sob a influência da Revolução Cubana, que destacava o fator militar sobre o político e a necessidade de formar-se um grupo guerrilheiro antes de um partido político. Essa orientação foi adotada até 1966, quando um dos comandos paralelos da organização, sem comunicar a direção da AP, planejou e executou um atentado no aeroporto do Recife contra o general Costa e Silva. O atentado não atingiu o general, que havia viajado de carro, mas provocou a morte de duas pessoas e ferimentos em mais quatorze, o que levou a direção da AP a dismantlar os comandos paralelos e afastar os militantes que participaram da operação, provocando mais uma cisão dentro do grupo (GORENDER, 1998).

Depois desse episódio, a AP dividiu-se entre a corrente um, liderada por Jair Ferreira de Sá, que defendia a existência de relações pré-capitalistas no país e que para modificá-las seria necessária uma revolução em duas etapas; a primeira de caráter democrático e nacionalista e a segunda socialista, influenciada pelo “pensamento de Mao Tse-Tung”. Além disso, para essa corrente, era necessário reconstruir o PCB, tido como partido de vanguarda e o único capaz de conduzir uma revolução; já a outra corrente defendia a posição do Brasil com um país capitalista, ou seja, que a revolução não precisaria de duas etapas, podendo partir diretamente para a implantação do socialismo, seguindo as influências foquistas e que um partido de vanguarda deveria ser fundado, pois não reconheciam o PCB como tal (LIMA; ARANTES, 1984, p.70).

A opção da maior parte dos militantes da AP foi adotar a matriz ideológica da primeira corrente denominada de maoísmo⁵, expulsando do grupo os integrantes que haviam apoiado a segunda. Nessa fase, a AP deu início a um trabalho de integração de seus militantes à produção, enviando-os para trabalharem como operários em indústrias ou como camponeses no meio rural, que tinha por finalidade acabar com aquela que era considerada a principal deficiência da AP: a presença na organização em sua maioria, de militantes oriundos do meio estudantil (DIAS, 2003).

Os militantes do grupo que não aceitaram o alinhamento ao maoísmo foram expulsos da organização em setembro de 1968 e passaram a compor com outros integrantes da esquerda o

Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O PRT atuou até 1971, quando foi desmembrado pela repressão militar. No seu programa, o PRT se definiu por concepções teóricas opostas ao maoísmo “O PRT assumiu posição contrária ao maoísmo ortodoxo seguido pela AP, em especial no tocante à luta armada, além de restabelecer o objetivo direto da revolução socialista, indicando a via da luta armada, enfatizando a guerrilha rural, captando a orientação cubana (RIDENTI, 2007, p.21-51).

A política da AP de integração dos seus militantes na produção tinha pontos de aproximação com o cristianismo, pois seu objetivo era fazer com que seus militantes ao vivenciar a realidade da vida operária e camponesa brasileira desenvolvessem características como a humildade e simplicidade. Essa política adotada pela AP também recebeu influência do movimento dos padres operários realizado na França após a Segunda Guerra Mundial, quando a Igreja preocupada com a expansão da doutrina socialista entre os trabalhadores enviou padres para exercer atividades como operários em fábricas e indústrias do país (CIAMBARELLA, 2007, p. 99-129).

Nesse contexto, o trabalho de integração na produção começou nas cidades onde os membros da AP residiam, o que não ocasionou problemas para aqueles que moravam em metrópoles, mas criou dificuldades para os militantes que residiam pequenas cidades, pois esses eram facilmente reconhecidos pelos moradores, o que comprometia a sua segurança e a do grupo. A partir disso, os militantes foram deslocados de uma região para outra do país, indo trabalhar como operários na cidade ou como “meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários ou assalariados rurais” no campo (LIMA; ARANTES, 1984, p. 12).

Assim, o trabalho de integração na produção para alguns militantes trouxe resultados negativos, pois a retirada de militantes de suas comunidades de origem fez com a AP perdesse força política; o dinheiro investido nas transferências comprometeu a sustentação econômica do grupo, além de ter interrompido o debate teórico que se processava internamente na AP, necessário ao aprofundamento das concepções políticas do grupo. Já para outros militantes que fizeram parte desse trabalho, o seu resultado foi positivo, pois serviu para que o grupo ampliasse suas bases de atuação junto a operários e camponeses do país (LIMA; ARANTES, 1984).

A AP também participou com outros grupos de esquerda, de atividades realizadas dentro

das vias legais de atuação, com destaque para a fundação do “Movimento Contra a Ditadura (MCD)” em 1966, que fez uma série de manifestações reivindicando melhores salários e condições de trabalho, diminuição das desigualdades econômicas e sociais pela volta de eleições democráticas e pelo fim da repressão política efetuada pela ditadura no país (DIAS, 2003).

Então, a AP articulou na direção do movimento estudantil, de 1964 até 1968, uma série de atividades em oposição à ditadura civil-militar. Essas mobilizações voltavam-se principalmente contra as reformas efetuadas pelo governo militar no sistema educacional brasileiro, através da Lei Suplicy, que tinham por objetivo afastar os estudantes de atividades políticas, com a desarticulação de sua principal entidade representativa, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Em razão disso, para Martins Filho:

A Lei Suplicy forneceu à esquerda estudantil, que se reorganizava nas faculdades, a bandeira que unificou o movimento estudantil de 1965: a defesa da UNE, vista como a voz dos estudantes. Ao contrário das expectativas governamentais, o meio estudantil cerrou fileiras em torno da preservação de sua entidade nacional e viu a nova legislação como intromissão indevida nos seus órgãos históricos de representação (2007, p. 183-198).

As manifestações efetuadas por estudantes e grupos de esquerda contra a ditadura civil-militar atingiram o seu ápice no ano de 1968, como na passeata organizada pelo movimento estudantil, após a morte do estudante Edson Luis Souto, assassinado pela polícia do Rio de Janeiro em maio de 1968, enquanto participava de uma manifestação em frente ao restaurante Calabouço para reivindicar melhorias e diminuição no preço das refeições fornecidas aos estudantes. Também ocorreu em junho a passeata dos “Cem Mil”, que reuniu além de estudantes, setores da classe média e da Igreja insatisfeitos com o excesso de violência praticado pela ditadura, além de greves em Osasco e Contagem, onde os operários reivindicaram melhorias trabalhistas (MARTINS FILHO, 2007, p. 183-198).

Os movimentos organizados por grupos de esquerda, principalmente pelo movimento estudantil no ano de 1968, foram utilizados pelos militares como justificativa para o presidente Costa e Silva decretasse o Ato Institucional nº 5, AI-5, que marcou uma nova fase da ditadura, pois forneceu subsídios para que o aparelho repressivo aperfeiçoasse suas estratégias de atuação no combate aos opositores políticos, ao mesmo tempo em que restringiu as liberdades políticas,

decretou o fechamento do Congresso Nacional e forneceu ao Executivo poder para cassar mandados políticos e demitir funcionários públicos ou servidores do Judiciário. No entanto:

A Consequência mais grave do Ato Institucional terá sido talvez que ele abriu caminho para a utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Crucialmente importantes a este respeito foram as restrições impostas ao Judiciário e abolição do hábeas corpus para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia advogados e outros que defendiam presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam evitar sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos (ALVES, 1989, p.135).

Percebeu-se que, apesar das restrições impostas em 1964, os grupos de esquerda conseguiram atuar no contexto político nacional com certa desenvoltura até 1968, quando foi possível utilizar vias constitucionais de contestação. Entretanto, após o AI -5 todas as vias legais foram fechadas, e a maior parte dos grupos optou pela luta armada, marcando uma nova etapa do confronto entre a ditadura civil-militar e esquerda no país, sendo que apenas o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR (T)), a AP e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), devido as suas orientações teóricas sobre a realidade brasileira não se voltaram imediatamente para a luta armada (ALVES, 1989).

Assim, conforme documento produzido no próprio DOPS, a AP foi uma organização que passou por diversas mudanças no decorrer de sua trajetória política, sendo que a sua filosofia ideológica inicial, denominada de socialismo humanista, tinha como objetivo principal transformar a sociedade brasileira de capitalista em socialista cristã. No entanto, no decorrer de sua trajetória a AP foi se submetendo a uma série de transformações, cisões e rupturas aproximam o grupo do marxismo. No ano de 1967, a AP adotou o marxismo-leninismo via maoísmo definitivamente como teoria política do grupo.⁶

Após o AI-5, em virtude do aumento da repressão efetuada pela ditadura, a AP acelerou a transferência de seus militantes de uma região para outra do país, intensificando o trabalho de proletarianização do grupo, orientado pelo maoísmo. Porém, em 1971 a AP passou por uma nova cisão, mudando o nome do grupo para Ação Popular Marxista – Leninista (APML) e em 1973, parte dos militantes vai se desvincular da APML para integrar o PC do B, tido por esse grupo como o partido capaz de conduzir a revolução via maoísmo (RIDENTI, 2007, p.21-51).

A AÇÃO POPULAR (AP) NO RIO GRANDE DO SUL: 1964-1968

No Rio Grande do Sul, a repressão atuou de forma intensa após o golpe civil-militar de 1964, desestruturando diversos movimentos sociais, partidos de oposição, sindicatos e todas aquelas pessoas consideradas inimigas do regime militar implantando no país. Para isso os executivos estadual e municipal, utilizando das medidas descritas no AI-1, apoiaram as medidas repressivas instauradas no Estado, onde “número significativo de pessoas foi atingido por cassações, demissões, aposentadorias e perda de direitos políticos” (RODEGHERO, 2007, p. 83-115).

É nesse sentido que a repressão investigou integrantes do movimento estudantil na cidade de Rio Grande, com destaque para o inquérito de Antônio da Costa Coelho, presidente da União Rio - Grandense dos Estudantes Secundários (URES), que saiu pelas ruas da cidade, logo após o golpe civil-militar de 1964 convocando os estudantes e os demais moradores para protestarem contra a deposição do presidente João Goulart. No IPM produzido pelo DOPS, o estudante foi acusado de utilizar a sede da entidade para organizar movimentos subversivos e de fazer propaganda contrária ao governo militar implantado no país.⁷

Verifica-se também que a AP apoiou no Rio Grande do Sul como em nível nacional, os movimentos que realizavam atividades após o golpe dentro das vias legais de mobilização, através do MCD, fundado em 1966. Como nesse período, a hegemonia dentro do movimento estudantil era da AP, a organização esteve presente em movimentos realizados entre 1966 e 1968 no Estado, como a passeata organizada em 1967 para protestar contra “o fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufrgs pela reitoria em fevereiro de 1967” e na “luta dos estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, pela reabertura do seu Grêmio Estudantil fechado no mesmo ano” (RODEGHERO, 2007, p.83-115).

A repressão ditatorial no Rio Grande do Sul também se voltou contra a AP e os seus integrantes, pois a organização foi investigada a pedido do Comandante do III Exército, que pretendia compreender as atividades do movimento político-estudantil, “Ação Popular”, conhecido no Estado por “Grupão”. Nesse contexto, são citados como integrantes da AP, o professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Ernani Maria Fiori, demitido após o golpe civil militar de 1964 e o professor Leônidas Xausa.

Além disso, foram investigados vários estudantes universitários da UFRGS e os padres, Leônidas Pacheco e Reis, Hugo Hassmann Valente. A AP foi um grupo que atua no Rio Grande do Sul principalmente na cidade de Porto Alegre, mas que a organização tem âmbito internacional, pois sua sede estaria na Bélgica. A investigação salientou a necessidade de se conhecer os objetivos da organização no Estado, tanto no meio estudantil quanto fora dele.⁸

Além disso, uma Comissão de Investigação Sumária foi instaurada na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) logo após o golpe, para investigar as atividades políticas desenvolvidas por estudantes e professores da instituição. Embora a ata de abertura da Comissão enfatizasse que a sua intenção não era atacar a posição ideológica das pessoas e sim atividades subversivas, já exprimia restrições à ligação dos estudantes com a política.⁹

Dessa forma, a Comissão convocou os coordenadores das faculdades de Farmácia e Bioquímica, Medicina, Filosofia, Economia, Direito e Escola de Artes para prestarem depoimento a respeito das atividades políticas desenvolvidas em seus centros acadêmicos por estudantes e professores. Na faculdade de Medicina, o Centro Acadêmico Sarmento Leite estaria desenvolvendo atividades subversivas dentro das tendências esquerdistas, sob a Presidência do acadêmico “Haas”, que na ocasião do depoimento do professor Álvaro Barcellos Ferreira na Comissão já teria sido preso pelos agentes dos DOPS em virtude de suas atividades políticas “subversivas”.¹⁰

Nesse período a maioria dos Centros Acadêmicos da UFRGS pertencia ao movimento estudantil e eram liderados por membros da AP, constituindo-se uma força de oposição a ditadura instaurada no país. Dessa forma, aparecem listados na documentação do DOPS, o Centro Acadêmico Sarmento Leite, o Diretório Acadêmico Dion Silva, o Diretório Acadêmico de Biblioteconomia e Comunicação, todos da UFRGS, como parte das entidades, movimentos e organizações que contestaram o governo militar no Rio Grande do Sul, formado, segundo os agentes do DOPS por “ex-terroristas, anistiados, esquerdistas e padres progressistas”.¹¹

Percebe-se também que a atuação da AP fez-se presente no interior do Estado, como mostra o processo onde foram envolvidos estudantes da região de Cachoeira do Sul ligados ao movimento estudantil e ao clero. Nesse processo, o estudante Calino Pereira Pacheco foi acusado de ter colocado diversos cartazes em frente à sede da União Cachoeirense de Estudantes, de ter

ligações com Luiz André Fávero, Presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) com o clero, como mostra o trecho a seguir:

Que no mês de Agosto o depoente esteve em Rio Pardo, onde havia um Conselho de Estudantes, ocasião em que foi preso um padre de nome Lauro que é seu amigo e que é residente em São Leopoldo; que o depoente não é tutor nem conhece quem seja, de um manifesto que foi assinado por um grupo de estudantes e distribuído nessa cidade, em diversos pontos da Escola João Neves da Fontoura.¹²

Outro caso refere-se ao estudante Luiz André Fávero, que teria tomado parte de vários movimentos de contestação ao regime militar em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Assim, ele teria feito parte de um movimento organizado em Porto Alegre em 25 de Junho de 1968, onde estudantes do colégio Júlio de Castilhos em parceria com o Centro Acadêmico André da Rocha, da Ufrgs teriam distribuído panfletos no centro da cidade e depois efetuado discursos no Mercado Público, Praça dos Bombeiros e Praça de Parobé.¹³

Além disso, há um inquérito envolvendo o estudante Luis André Fávero em uma palestra que ocorreu na cidade de Bom Jesus, também no ano de 1968. Nessa palestra, o estudante teria efetuado o seguinte discurso, intitulado “Situação Estudantil no Rio Grande do Sul e no Brasil”:

Que os direitos dos estudantes foram massacrados com a revolução de março de 1964 e ele falou da morte do estudante em São Paulo (que estava protestando contra os policiais). Em Minas Gerais, os estudantes não obedecem o regulamento do Grêmio, que está sob o controle de estudantes pertencentes ao DOPS. Que o Brasil emprega 60% da arrecadação em Forças Militares, quando essa verba poderia ser destinada à educação...que os governantes brasileiros não se importam com o problema do ensino..que na Secretaria da Educação tem muita tapeação e injustiça...que a UNE ninguém terminará, nem o Governo, nem as Forças Armadas.¹⁴

À época, as principais reivindicações do movimento estudantil estavam ligadas as reformas no sistema educacional brasileiro efetuadas pelo governo militar. As reformas estavam ligadas a um projeto do governo dos Estados Unidos que tinham por objetivo redefinir as diretrizes educacionais brasileiras. Para isso, o governo iniciou um novo plano educacional, denominado de “ABC” que substituiu o método utilizado anteriormente pelo Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido pela AP em parceria com o Ministério da Educação, que promovia além da alfabetização, a conscientização política em seus alunos.¹⁵

Nesse contexto, a AP além de fazer-se presente no movimento estudantil, participou de movimentos junto às massas populacionais do meio urbano. Esse é o caso do movimento organizado por alguns padres de Vacaria, denominado “Voz dos Bairros”, que tinha por objetivo

tornar os moradores das regiões mais pobres da cidade conscientes dos seus direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas Encíclicas dos Papas e nas Declarações dos Bispos para a América Latina.¹⁶

Os encarregados pela realização do movimento foi o padre Tranqüilo Móterle e o padre Zildo Antônio Giasson, que defendiam em seus discursos a nova posição da Igreja Católica, voltada para a questão social e tendo como objetivo principal diminuir as desigualdades sociais e a pobreza da população brasileira. Assim, foi organizado no dia 1º de Maio um encontro de “Trabalhadores e Desempregados” na cidade de Vacaria, onde foram descritos os principais problemas da cidade, os quais seriam “o desemprego que atinge mais de 60% dos moradores dos Bairros; a conseqüente falta de recursos para tratar da saúde e para manter na escola”.¹⁷

Nesse contexto, a AP já estaria desenvolvendo um trabalho de conscientização no meio operário em outros locais do país num período anterior ao movimento realizado em Vacaria, como a trabalho realizado nos bairros da cidade de Belo Horizonte em 1965, coordenado pelo padre “Lage”. No meio operário, a AP se caracterizava por influenciar os trabalhadores no ambiente prático, seja pela participação de seus membros em greves, assembléias ou manifestações em geral (LIMA; ARANTES, 1984, p. 102).

Além de Vacaria, destacou-se também na cidade de Ibiãça, a atuação do padre Laurentino Tagliari, influente sobre a comunidade, formada principalmente por descendentes de italianos. No processo o padre teria convocado os estudantes do ginásio Ibiãçaense e a população em geral a realizar um protesto contra a prisão de Francisco Pizon, Presidente do Clube Esportivo Ibiãçaense, recebendo o apoio de várias pessoas na comunidade, entre as quais estavam Nelsom Balancim, Idílio Pellin, Jacinto Pinzon, Darci Carra, Nelsom Durigon, Otaviano Ribeiro da Silva e Vison Minotto.¹⁸ Além disso, em suas palestras salientaria o seu descontentamento com a ditadura militar devido à lentidão do aparelho burocrático do governo.¹⁹

Além disso, os documentos produzidos no SOPS demonstram a oposição existente entre os membros do clero brasileiro e sul rio-grandense no período, pois o Bispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, da ala conservadora da Igreja Católica, fazia um programa semanal na Rádio Difusora e nos jornais locais defendendo a ditadura militar que seria “um roteiro seguro para os católicos e cristãos em geral”.²⁰ Já o outro grupo, denominado de “clero progressista” era

liderado por Dom Hélder Câmara, fazia oposição à influência dos Estados Unidos no Brasil ²¹.

Evidencia-se a oposição existente entre as duas correntes do clero através na IX Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com a presença de Dom Geraldo de Proença Sigaud (Diamantina MG), que liderava a corrente conservadora e Dom Hélder Câmara (Olinda e Recife), representante do clero progressista. Nesse encontro os bispos conservadores denunciaram o que denominavam de “infiltração comunista no clero”, a tentativa de modificar as instituições religiosas do país a partir da divulgação da tese do padre belga Joseph Comblin, consideradas por eles “avançadas, esquerdistas e revolucionárias”. Já o clero progressista, representado por Dom José Castro de Pinto, Frei Timóteo e outros padres do Paraná e Rio Grande do Sul fizeram um debate com o objetivo de esclarecer as mudanças propostas para a Igreja, como o apoio à reforma agrária. ²²

Evidencia-se a preocupação da ditadura civil-militar com o clero progressista no Rio Grande do Sul através do inquérito produzido pela polícia política de Porto Alegre, orientando os delegados do interior a investigarem os bispos, padres e religiosos nas regiões atendidas por suas delegacias, levantando dados como posição do religioso quanto às encíclicas da Igreja, sua atuação no meio político, linha política adotada (conservadora, progressista, ou neutra) e as suas qualificações profissionais, incluindo as atividades pastorais desenvolvidas em cada comunidade. ²³

Os policiais do DOPS investigaram o Padre Alexandre Postka, da paróquia de Barracão e da Ordem dos Capuchinhos, descrevendo no inquérito que ele atuava politicamente como o inimigo número um das autoridades no município, fazendo sermões na Igreja que chocavam os moradores da cidade, incitando a desordem. Além disso, o padre teria apoiado, antes do golpe civil-militar de 1964, o Grupo dos Onze na região, procurando recrutar pessoas para compor as listas de integrantes dessa organização em conjunto com o “agitador” Estevan Malinoski, líder do grupo no município. ²⁴

Nesse mesmo sentido, o clero foi investigado na cidade de Vacaria, pois os padres da cidade, com o apoio do Bispo Diocesano Dom Henrique Gelain, desenvolviam um trabalho de conscientização política nos moradores da cidade, tentando torná-los agentes de sua própria libertação, ou seja, transformá-los em sujeitos de sua própria história. ²⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a Ação Popular voltava a sua atuação em nível nacional para os trabalhadores urbanos, rurais e estudantes, desenvolvendo de maneira paralela ao projeto de alfabetização do Ministério da Educação, uma conscientização política. Esse trabalho de conscientização política poderia ocasionar uma mudança nas forças que compunham o cenário político brasileiro, pois trariam para o processo pessoas anteriormente excluídas dele, como os analfabetos. Dessa forma, a AP era o grupo de esquerda que desenvolveu o trabalho de maior relevância junto às massas populacionais antes do golpe civil-militar de 1964, pois além de alfabetizar as pessoas, procurou formar líderes dentro da comunidade da qual faziam parte.

Nesse contexto, a AP foi um dos grupos que nessa fase (1961-1964) não adotou uma posição política radical, pois a sua opção teórica pelo “socialismo humanista” fez com que ela apoiasse o projeto de reformas de base do governo João Goulart e não voltasse suas atividades para à promoção de uma revolução armada. A AP realizou nessa fase um trabalho de conscientização política junto a estudantes, trabalhadores rurais e operários, obtendo mais sucesso junto aos dois primeiros grupos.

Sugere-se que houve uma simetria no trabalho desenvolvido pela AP em nível nacional e regional, visto que se constatou a inserção de militantes no meio operário da cidade de Vacaria e no meio estudantil da cidade de Cachoeira do Sul. Entretanto, pelos dados coletados até o momento pela pesquisa, a atuação da AP no Rio Grande do Sul ocorreu principalmente junto ao movimento estudantil, num trabalho de inserção junto aos estudantes secundaristas e universitários do Estado, sempre com a participação de padres nas atividades desenvolvidas, que efetuavam palestras, organizavam e participavam de movimentos junto aos estudantes.

Percebe-se que na região coordenada pela Delegacia de Lagoa Vermelha as manifestações efetuadas em oposição ao regime militar, sejam elas de caráter individual, como palestras ou discursos ou coletivas, como passeatas ou mobilizações eram efetuadas pelos padres das comunidades locais que serviam de coordenadores para esses eventos.

Entretanto, na região da Delegacia de Cachoeira do Sul, as mobilizações eram efetuadas

principalmente pelos estudantes, ou seja, embora os padres das comunidades locais tomassem parte das manifestações, não há registros de quem algum deles tenha coordenado movimentos de contestação na região. Além disso, em Porto Alegre o movimento estudantil atuava juntamente com a AP no comando das manifestações de oposição ao regime militar com o apoio de alguns padres, mas não consta que também tenham sido líderes desses movimentos.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99-129.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.95-131.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.303-320.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.183-198.

PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.21-51.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.83-115.

SALES, Jean. Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar, a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.67-77.

NOTAS

¹Socialismo humanista: Um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de toda a força para trabalhar o desenvolvimento integral do homem; um movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo ao socialismo. (Sales, 2007, p.28).

²Correio do Povo, Porto Alegre, [p.12] e Jul. 1960.

³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 13 Região Policial/ Delegacia Regional de Santo Ângelo / SOPS/ SOPS SA -1.2.40.3.1

⁴Foquismo: O termo foquismo é empregado aqui de forma ampla, como era utilizado entre as esquerdas nos anos de 1960, caracterizando movimentos que, influenciados pela revolução cubana, acreditavam ser possível uma revolução socialista a partir de uma guerra de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista como dirigente do movimento insurrecional. Acreditava-se que esse era o caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando apenas às condições subjetivas, tarefa esta de a presença do foco guerrilheiro se encarregaria. (SALES, 2007, p.11).

⁵Maoísmo: era uma estratégia que utilizava a guerra popular prolongada, influenciados pela Revolução da China. (RIDENTI, 2007, p.34).

⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV - 1.3.17.27.20.7

⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 7ª Região Policial/ Delegacia Regional de Rio Grande/SOPS/SOPS/RG-1.2.469.4.2

⁸Correio do Povo, Porto Alegre, [p.10] e 08 de Jan. 1965.

⁹Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional. Atas de reunião. Caixa: 106/ LTM2164.

¹⁰Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional. Atas de reunião. Caixa: 106/ LTM2164.

¹¹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 2ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/ CS. 1.4.3026.37.10

¹²Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 2ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/SOPS/ CS-1.4.3032.37.10

¹³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia / Ficha Nominal/ Permanente/ SOPS/ SOPS/DOPS - 1.2601.10

¹⁴Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-1.4.1859.21.8

¹⁵PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, p.53.

¹⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-1.9.1728.20.7

¹⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-1.9.1728.20.7

¹⁸Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV - 1. ____ . 63. 1.1

¹⁹/ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV- 1. ____ . 58.1.1

²⁰Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS/ LV -1. ____ . 49. 1.1.

²¹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS/ LV -1. ____ . 38. 1.1

²²Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/SOPS/ LV-1.3.1721.20.7

²³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV -1.9.1774.20.7.

²⁴Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV -1.3.1726.20.7

²⁵Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV -1.3.1726.20.7